



O dia em que o Parlamento foi sequestrado

A 12 de novembro de 1975, uma multidão de cerca de 100 mil pessoas rodeou o Parlamento. A manifestação, organizada pelos sindicatos da construção civil, começou por ser uma reivindicação por melhores salários e condições de trabalho no setor, mas a recusa do governo em receber os dirigentes sindicais transformou o protesto num cerco de 36 horas.

Na manhã do dia seguinte, foi enviado da base aérea do Montijo, carregado com sandes e vinho para os deputados. Mas a operação não correu bem.

“Não gosto de ser sequestrado. É uma coisa que me chateia!” O desabafo irado do então primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo foi feito há 48 anos, depois do cerco à Assembleia Constituinte, que durou 36 horas. Entre 12 e 13 de novembro de 1975, os deputados ficaram reféns de uma multidão de trabalhadores da construção civil que reivindicava aumentos salariais e melhores condições de trabalho. Lá dentro, deputados e funcionários passaram fome e dormitaram em sofás ou deitados nas mesas no plenário. O momento histórico é relatado no livro “Cerco ao Parlamento”, de Isabel Nery, que revela pormenores insólitos, como o helicóptero que foi enviado da base aérea do Montijo com sandes e vinho para alimentar os reféns. Apesar de ter muitos momentos caricatos, esta história poderia ter degenerado numa guerra civil.

FILIPA LINO
filino@negocios.pt

O dia está estranhamente calmo. São três da tarde e, na Praça da Constituição de 1976, em frente à Assembleia da República, ninguém diria que o país está novamente mergulhado numa crise política. Há pouco mais de uma hora, o primeiro-ministro, António Costa, anunciou ao país a sua demissão. Mas a vida corre normal, como se nada estivesse a acontecer.

Há 48 anos, neste mesmo local, o ambiente era muito diferente. Cerca de cem mil manifestantes, encheram todos os espaços em volta do Parlamento. Havia gente até em cima das estátuas deste edifício histórico, construído no século XVI, que começou por ser um mosteiro beneditino. Hoje só se ouve o barulho do trânsito. Naquele 12 de novembro de 1975 eram as vozes de uma multidão zangada que enchiam o ar.

A manifestação foi convocada pelos sindicatos da construção civil que desde maio negociavam um Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) com o VI Governo Provisório, mas não viam o processo chegar a bom porto.

Os trabalhadores perderam a paciência, marcaram três dias de greve e nesse dia rumaram a Lisboa, vindos de várias partes do país, para fazerem uma grande manifestação em frente ao Ministério do Trabalho. Os políticos teriam de os receber e dar andamento ao acordo, que não agradava aos patrões, mas que já estava fechado, só faltava publicar uma portaria.

José Dinis, de 75 anos, sentado num muro do outro lado da estrada, com vista privilegiada para as escadarias da Assembleia da República, foi uma testemunha desse dia. Na altura, era um jovem pedreiro na empresa Proconstrói e dirigente sindical no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa. Foi o porta-voz da comissão que negociou o CCT para o setor com o governo.

Recorda que o caderno reivindicativo incluía a “unificação dos salários a nível nacional”. O que acontecia, explica, era que os salários na construção civil variavam de acordo com as regiões. Em Lisboa era onde se ganhava melhor e os mais mal pagos eram os trabalhadores do Norte. Queriam um salário único que rondasse os 12 contos. Muito acima do que recebiam então.

Outro ponto negociado eram as férias. Quem trabalhava numa empresa há mais de três anos tinha direito a seis dias de férias. “Os outros, não tinham direito a nada”, refere o antigo sindicalista.

Tudo isto estava a ser negociado com o Ministério do Trabalho desde maio e “tínhamos chegado a acordo”, garante. Mas não havia meio de o governo oficializar, alegando que “os patrões não queriam”. Por isso, decidiram agir.

A ideia inicial não era fazer um cerco ao Parlamento. De facto, a manifestação tinha originalmen-

te como destino o Ministério do Trabalho, mas quando chegaram bateram com o nariz na porta. “Eles [a equipa do Ministério do Trabalho] tinham ficado de nos receber para nos darem uma resposta. Mas, quando chegámos lá, tinham encerrado o edifício”.

Esta atitude provocou um sentimento de irritação nos trabalhadores, que decidiram rumar ao centro da democracia na altura – a Assembleia Constituinte – eleita no primeiro sufrágio após a Revolução dos Cravos. Queriam que os políticos os ouvissem e resolvessem o problema.

FOME PARA TODOS, FRANGO PARA ALGUNS

Lá dentro, ninguém estranhou o ajuntamento de pessoas nas imediações. Eram os dias fervilhantes do “Verão Quente” com constantes manifestações, greves, plenários e saneamentos. Naquele tempo, protestar era algo que fazia parte do dia a dia dos portugueses. Só mais tarde os mais de 200 deputados e dezenas de funcionários perceberam a gravidade da situação.

“Começámos a ver a chegada de muita gente com equipamentos, carros, camiões... E ficámos preocupados”, recorda Ângelo Correia, então deputado constituinte do PPD-PSD. Pairava o medo de uma guerra civil e não se sabia quem estava por trás daquela multidão.

A colega de bancada, Helena Roseta, lembra-se que nesse dia teve muita dificuldade em entrar no Parlamento, por causa do aglomerado de pessoas à volta do edifício. “Hoje existem umas baiais lá em baixo nas escadarias e não é possível aos manifestantes chegarem junto à Assembleia. Mas, naquela altura, a manifestação foi mesmo até à porta”, explica. Quando finalmente conseguiu entrar no plenário, os trabalhos decorriam normalmente. Na ordem do dia estiveram assuntos como a descolonização de Angola, cuja independência tinha sido decretada no dia anterior.

Ninguém imaginava o que se seguiria. Foi já ao final do dia que “percebemos que estávamos cercados e que não podíamos sair”, diz a arquiteta. Não restava outra alternativa senão esperar que os manifestantes desmobilizassem.

No livro “Da Revolução à Constituição”, o constitucionalista Jorge Miranda, na altura também deputado constituinte pelo PPD-PSD, diz que foi por volta das 20h, quando a sessão terminou, que souberam que as portas do palácio estavam ocupadas por manifestantes, já não só da construção civil, mas também enquadrados por outros sindicatos. “Não éramos só nós os prisioneiros: também o primeiro-ministro e os ministros que com ele trabalhavam”, escreveu.

O sindicalista José Dinis recorda que uma delegação de trabalhadores foi até ao Palácio de São Ben-

ANÁLISE



Alexandre Azevedo

continuação

to, a residência oficial do primeiro-ministro, pedir para falar com Pinheiro de Azevedo. Mas este não quis recebê-los. Isso fez crescer ainda mais a indignação. O que era uma manifestação, transformou-se num cerco. Enquanto a situação não fosse resolvida, ninguém ardeava pé. Os manifestantes acenderam fogueiras e assaram febras. A noite ia ser longa.

Alguns delegados sindicais entraram na Assembleia e circulavam pelos corredores. “Nunca houve uma invasão, entrámos ordeiramente”, garante José Dinis. “E chegámos a fazer plenários na sala do senado”. Mas o antigo sindicalista reconhece que as coisas podiam ter corrido mal. Até porque lhes foram oferecidas armas pelos militares da GNR que guardavam o edifício. “Nós não quisemos. Estávamos ali por questões salariais”, sublinha. “Tivemos medo de que as coisas se descontrolassem porque a certa altura a manifestação começou a ser ‘minada’ pelos esquerdistas da UDP”.

As horas começaram a passar e “as pessoas começaram a ficar um bocadinho nervosas com o perigo e, ao mesmo tempo, com a fome”, diz Helena Roseta. No pequeno bar, a comida esgotou-se. Alguns deputados encostaram-se a dormir onde podiam, outros iam conversando pelos corredores. “O período do PREC foi de uma adrenalina muito intensa. A História estava a mudar. Sabíamos que havia riscos e uma tensão muito grande na sociedade portuguesa”, recorda.

UM PRIMEIRO-MINISTRO IRADO

Perante a pressão dos trabalhadores, o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo finalmente aceitou reunir com os representantes sindicais. Depois de uma reunião de quase três horas, já na madrugada de 13 de novembro, cede às reivindicações, “comprometendo-se a mandar publicar o que estava acordado”, afirma José Dinis. Nessa altura, os sindicalistas disseram-lhe que tinha de ser o chefe do Governo a comunicar a decisão aos manifestantes para eles desmobilizarem.

“Vimos à varanda da Assembleia com ele e foi nessa altura que os trabalhadores começaram a

chamar-lhe ‘fascista’”, recorda o antigo sindicalista. Zangado e de megafone na mão, Pinheiro de Azevedo diz: “bardamerda para o fascista”. Foi vaiado pela multidão e atirou o megafone ao chão. Jorge Miranda, na altura com 34 anos, estava na varanda e assistiu ao episódio em que o primeiro-ministro usou “aquela expressão de Camborne” (utilizada pelo guarda imperial de Napoleão em Waterloo quando recusou render-se aos ingleses).

O constitucionalista já conhecia o Almirante Pinheiro de Azevedo do tempo em que cumpriu o serviço militar na Marinha e este era o comandante da fragata onde viajou para Cabo Verde, Madeira e Açores. “Era um homem sem papas na língua. Não tinha grande profundidade, mas tinha grande coragem”, reconhece.

O sequestro durou toda a noite. No livro “Cerco ao Parlamento”, publicado pela D. Quixote, a jornalista Isabel Nery cita vários deputados constituintes e funcionários do Parlamento que garantem que os deputados do PCP receberam frangos. José Dinis confirma que foram os sindicatos que os mandaram entregar na Assembleia e que eram para todos os “sequestrados”. Mas os deputados dos outros partidos têm uma versão diferente.

A COMIDA QUE VEIO DO CÉU

Na manhã do dia seguinte, foi enviado um helicóptero Alouette III, da base aérea do Montijo, carregado com sandes e vinho para os deputados. O episódio, que esteve escondido no nevoeiro da história ao longo de muitos anos, está relatado no livro de Isabel Nery. A jornalista reconstituiu esta operação, com base nas memórias que lhe foram relatadas pelo piloto do helicóptero – o general Luís Araújo, que anos depois viria a ser chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

A operação não foi bem-sucedida. Quando o piloto se aproximou do pátio, nas traseiras do edifício parlamentar, para aterrar, os manifestantes começaram a arremessar latas de tinta vermelha contra o aparelho e não havia ninguém para receber os alimentos. Supostamente, o homem aos comandos deveria resgatar ainda o presidente da As-

Para escrever o livro “Cerco ao Parlamento”, Isabel Nery falou com testemunhas deste momento histórico. Algumas “falavam como se o que aconteceu não fosse muito grave”. Isso “deixou-me perplexa”, admite. Afinal de contas, “fechar no Parlamento os primeiros deputados eleitos democraticamente e que estavam a trabalhar na Constituição do país, não é uma coisa sem importância”.

Depois de tantas horas de jejum, ninguém queria comer em Lisboa, porque não era seguro. Os deputados puseram-se a caminho do Norte e pararam na Mealhada para comer leitão.



Cláudia Ribeiro



O constitucionalista Jorge Miranda, na altura com 34 anos, era também deputado constituinte. Estava na varanda da Assembleia quando o então primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, depois de ser vaiado e chamado de “fascista”, gritou um improprio pelo megafone. “Era um homem sem papas na língua. Não tinha grande profundidade, mas tinha grande coragem”, diz.

José Dinis, de 75 anos, era, em 1975, um jovem pedreiro na empresa Proconstrói e dirigente sindical no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa. Foi o porta-voz da comissão que negociou o CCT para o setor com o governo. Recorda que o caderno reivindicativo dos trabalhadores incluía a “unificação dos salários a nível nacional”.

Bruno Calção



Alexandre Azevedo

Helena Roseta era deputada constituinte e lembra-se que, com o passar das horas, “as pessoas começaram a ficar um bocadinho nervosas com o perigo e, ao mesmo tempo, com a fome”. O período do PREC foi de uma adrenalina muito intensa, diz. “A História estava a mudar. Sabíamos que havia riscos e uma tensão muito grande na sociedade portuguesa”.

sembleia Constituinte Henrique de Barros. Uma missão que se viria a revelar impossível.

“Inesperadamente, dezenas de populares saltaram o muro que dá para a Calçada da Estrela e rodearam o aparelho, opondo-se à sua ascensão”, escreve a jornalista.

Luís Araújo conta que viu “uma massa ululante de raiva” a aproximar-se e, tendo consciência do perigo que corria, bateu em retirada. Valeu-lhe a experiência de piloto na guerra em África. Quando levantou voo, um homem “de olhos esbugalhados” pendurou-se na estrutura do trem de aterragem. “Nunca vi na guerra um grupo de gente a aproximar-se com um ar tão facinoroso”, conta o militar no livro, admitindo que apanhou um susto.

Isabel Nery considera que o episódio do helicóptero “é um detalhe importante” neste acontecimento histórico. “Se corresse mal, acho que tínhamos uma guerra civil”. Estava tudo por um fio naquele mês de novembro de 1975, porque “a pressão era enorme”.

Só já pelas 14h do dia 13 de novembro de 1975 os deputados puderam finalmente sair do Parlamento. Os manifestantes fizeram um corredor humano e os parlamentares saíram em fila. Dali, muitos rumaram ao Porto. Esse era o plano para garantir que a Assembleia Constituinte continuaria os seus trabalhos sem sofrer ataques.

“Houve várias reuniões entre Mário Soares, Sá Carneiro e outras pessoas, e eles pensaram que a sede da Assembleia devia ir para o Porto. Eu e mais deputados fomos todos a caminho do Norte”, recorda Ângelo Correia. Com isso, “tentou-se extinguir a pressão política e evitar uma guerra civil” porque “o ambiente que estava era propício a isso”.

No meio de toda esta tensão, houve momentos caricatos. Helena Roseta conta que, depois de tantas horas de jejum, ninguém queria comer em Lisboa, porque não era seguro. Puseram-se todos a caminho do Norte e pararam na Mealhada para comer leitão. “O restaurante Pedro dos Leitões estava cheio de deputados”, recorda entre risos.

Menos de uma semana depois, os deputados voltaram a reunir em Lisboa. E, a 25 de novembro, a democracia foi estabilizada com um golpe militar que

pôs fim ao Processo Revolucionário em Curso (PREC).

O que aconteceu naquelas 36 horas em que os deputados estiveram sequestrados não pode ser visto como mais um acontecimento do PREC. “Fechar no Parlamento os primeiros deputados eleitos democraticamente e que estavam a trabalhar na Constituição do país, não é uma coisa sem importância”, sublinha Isabel Nery. Mas muitas das testemunhas com quem conversou para o livro “falavam como se o que aconteceu não fosse muito grave”. Isso, diz, “deixou-me perplexa”.

Ainda está por esclarecer-se o cerco ao Parlamento se tratou apenas de uma manifestação sindical ou se foi uma ação política para condicionar a Assembleia Constituinte. Há quem acuse o PCP e a extrema-esquerda de terem manipulado os trabalhadores da construção civil.

A jornalista recorre a várias fontes que lhe garantiram que, “numa fase inicial, o PCP não se queria envolver nesta manifestação”, mas acabou por “ser levado pelas circunstâncias”. Entrevi para “travar a escalada”.

O mesmo aconteceu com o COPCON [Comando Operacional do Continente] comandado por Otelo Saraiva de Carvalho, “que está do lado dos manifestantes”. “Apesar de ser uma loucura haver uma força militar que apoia manifestantes que invadem uma Assembleia, temos de admitir que o COPCON impediu que o cerco ao Parlamento se tornasse naquilo que vimos recentemente em Washington e em Brasília”, diz. Em 1975, “não houve destruição, nem agressões físicas porque o COPCON estava lá”. Mas também é um facto que “não desmobilizou a manifestação, nem libertou os reféns”.

Passaram 48 anos. Restam as imagens do arquivo da RTP para mostrar o ambiente que se viveu naqueles dias. Quem passou pela experiência do cerco ao Parlamento, saiu de lá indignado. Como bem demonstrou o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, dias depois, num desabafo que também ficou na história. “Fui sequestrado já duas vezes. Não gosto de ser sequestrado. É uma coisa que me chateia!” **W**